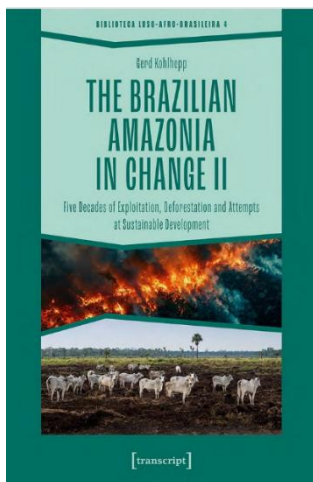


Resenha



A Amazônia brasileira em transformação

KOHLHEPP, Gerd. **The Brazilian Amazonia in change**: five decades of exploitation, deforestation and attempts at sustainable development. Bielefeld/Alemanha: transcript Verlag, 2025.

Marco Antonio Chagas

Introdução

A partir da década de 1990, o Brasil passou a ter uma política nacional integrada de meio ambiente. Isso se deu com a contribuição do *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG7), o maior programa de cooperação multilateral do planeta voltado para a gestão ambiental e sustentabilidade da Amazônia. O PPG7 foi estruturado em vários subprogramas, todos concebidos para valorizar o protagonismo dos estados e das populações tradicionais e ancestrais da Amazônia na definição das ações de conservação e uso sustentável dos recursos da floresta.

O nome de Gerd Kohlhepp (daqui em diante apenas Kohlhepp) está intimamente ligado ao PPG7. Kohlhepp participou do Grupo Internacional de Assessoramento

do PPG7¹, onde conviveu com uma das maiores pesquisadoras da Amazônia: a geógrafa Bertha Koiffmann Becker. Trinta e cinco anos após o PPG7, Kohlhepp lança a obra *The Brazilian Amazonia in change: five decades of exploitation, deforestation and attempts at sustainable development* (A Amazônia brasileira em transformação: cinco décadas de exploração, desmatamento e tentativas de desenvolvimento sustentável), publicado pela editora transcript Verlag, com apoio do Instituto Ibero-Americano/Série Biblioteca Luso-Afro-Brasileira².

Na década de 1960, Kohlhepp fez pesquisas de campo no Brasil para seu doutoramento e a partir daí passou a se dedicar a estudos no campo da geografia do desenvolvimento regional. Em 1978, tornou-se professor de geografia na Universidade de Tübingen, na Alemanha, onde estabeleceu um departamento de pesquisa latino-americano, fortalecendo ainda mais os laços acadêmicos Brasil-Alemanha.

Kohlhepp é possivelmente um dos cientistas europeus com mais publicações sobre o Brasil. Entre suas contribuições científicas, trago aqui trechos de textos que abrem caminho para a resenha de sua mais nova “enciclopédia” sobre a Amazônia. Em 1989, Kohlhepp publicou: “A natureza e o homem na Amazônia já não podem aturar o *status quo* e ainda menos o adiamento das medidas necessárias” (Kohlhepp, 1989, p. 199). E se tornou um articulador de apoio financeiro internacional para a proteção das florestas tropicais, defendendo uma nova estratégia nacional de desenvolvimento regional ecológico e socialmente adaptado.

Em 2002, como membro da assessoria internacional do PPG7, comentou que o exemplo deste programa de cooperação tem mostrado que já estava em cima da hora do Brasil “pensar em solução para os conflitos de interesse entre programas opostos de desenvolvimento regional e em dar prioridade à sustentabilidade na maior floresta tropical do mundo” (Kohlhepp, 2002, p. 54). A sua premissa continua válida.

Na obra *The Brazilian Amazonia in change*, Kohlhepp analisa o desenvolvimento regional da Amazônia brasileira da década de 1970 a 2023, quando Lula assumiu seu terceiro mandato como presidente do Brasil. As cinco décadas de transformações na Amazônia brasileira estão organizadas em três capítulos e um epílogo. O primeiro capítulo aborda a obsessão dos militares pelo desenvolvimentismo da Amazônia no período que vai de meados da década de 1970 à década de 1980. O

¹ Corpo técnico consultivo com composição internacional, dedicado ao acompanhamento do desempenho do PPG7, seus impactos na gestão ambiental regional e interação com políticas públicas.

² A Série Biblioteca Luso-Afro-Brasileira “The Brazilian Amazonia Change” foi lançada em dois volumes. Kohlhepp é autor do volume II. O volume I foi de autoria Jan M. G. Kleinpenning, professor emérito de geografia humana na Universidade de Nijmegen, Holanda.

segundo analisa a intensificação das mudanças no uso da terra no período de 1990 a 2018. O terceiro mostra o retrocesso das políticas ambientais para a Amazônia ocorrido no governo Bolsonaro (2019-2022). No epílogo, Kohlhepp volta a ter uma “esperança realista” com a eleição de Lula em 2023, parafraseando o genial escritor Ariano Suassuna.

Capítulo 1 – Amazônia Legal em meados das décadas de 1970 e 1980

No primeiro capítulo, Kohlhepp resgata fatos para explicar como o planejamento governamental impactou negativamente a floresta para expansão da ocupação via polos de crescimento. A ação governamental era de incentivos fiscais para “negócios do desmatamento”, sobretudo a pecuária extensiva. O autor apresenta números que evidenciam a concentração de projetos de criação de gado apoiados pela SUDAM, principalmente nos estados de Mato Grosso e Pará. Kohlhepp mostra a formação incentivada do arco do desmatamento da floresta, inclusive com citação detalhada do caso referente aos investimentos em pecuária do grupo Volkswagen em uma área de 140 mil hectares no sudeste do Pará, no município de Santana do Araguaia.

É difícil acreditar que um dos fabricantes de automóveis mais importantes do mundo tenha superestimado a rentabilidade econômica da fazenda, mas subestimado os custos do projeto, os problemas logísticos em uma região isolada em termos de infraestrutura e a situação social muito complexa da contratação de trabalhadores no interior do Brasil. As consequências ecológicas do desmatamento não foram discutidas pelos tomadores de decisão e os alertas dos cientistas foram ignorados (Kohlhepp, 2025, p. 27, tradução nossa).

A criação intensiva de gado também levou à especulação de terras e conseqüentemente à violência no campo, pois o que interessava não era a produtividade e sim a expansão da fronteira pecuária. O milagre econômico prometido pelos militares se efetivou com a destruição da floresta e ameaças às populações tradicionais e ancestrais.

A teoria dos polos de crescimento, de Perroux, continua a ancorar a análise da mineração na Amazônia feita por Kohlhepp. Mais uma vez, o autor se apropria de um dos casos mais emblemáticos de mineração e desenvolvimento regional na Amazônia: a exploração das minas de manganês de Serra do Navio, no Amapá. Após citar o *boom* da mineração, Kohlhepp vai direto ao colapso, se aliando aos mesmos achados de Bunker (1986) de que toda região extrativa que recebe um empreendimento privado moderno intensivo em capital sofre retrocesso social agudo e destruição da natureza:

Após o fim da mineração e do processamento industrial do manganês, em 1990, os danos ambientais causados pela contaminação da água e pelo descarte inadequado de resíduos permaneceram. Algumas décadas de otimismo e sucesso econômico de exportação não foram suficientes para alcançar o efeito de ‘indústria motriz’ e consequente impacto positivo de longo prazo no desenvolvimento regional. Pelo contrário, o problema do polo de desenvolvimento reforça as disparidades de desenvolvimento regional e cria enclaves e desequilíbrios socioeconômicos intrarregionais em uma região periférica, mostrando o perigo de apenas um ciclo temporário de extração de mineração (Kohlhepp, 2025, p. 31, tradução nossa).

O autor reforça a hipótese do *boom e do colapso* da mineração analisando o caso da Mineração Rio do Norte e da Vale do Rio Doce (atual Vale), dedicando maior atenção a esta última no decorrer da obra. O garimpo de Serra Pelada, no sudeste do Pará, conhecido como a maior epopeia pela cata de ouro em céu aberto da história do Brasil, também recebe atenção de Kohlhepp:

Em 1986, cerca de 65 mil pessoas trabalhavam em Serra Pelada sem contratos oficiais, em um sistema semelhante à escravidão, sem qualquer segurança social, vivendo em alojamentos insalubres, sofrendo de malária e outras infecções tropicais. O fornecimento de alimentos caros era controlado pelos proprietários das concessões. Alguns tinham mais de 50 concessões ou participações em várias outras concessões e empregavam até 850 formigas. Esses garimpeiros pobres carregavam sacos de 30 kg até a área de processamento, subindo 80 m em encostas íngremes e escadas precárias e eram pagos diariamente pelos proprietários das concessões, de acordo com o número de viagens de subida e descida. Em longas filas, esses homens faziam até incríveis 50-60 viagens por dia, ganhando em média 1,5 a 2 salários-mínimos. Em caso de doença, eram demitidos (Kohlhepp, 2025 p. 33, tradução nossa).

Após comentar sobre as tentativas governamentais de implantar indústrias na Amazônia, Kohlhepp desconstrói as teses de desenvolvimento regional de Perroux, argumentando que os desequilíbrios econômicos gerados foram perversos para a região.

O programa Polamazônia caracterizou-se por uma mudança na concentração principal das atividades de desenvolvimento para o setor privado e pelo uso de reduções fiscais, tornando a Amazônia atraente como região de investimento. A periferia tornou-se cada vez mais dependente do centro. O desenvolvimento econômico da Amazônia, orientado para o centro, não conseguiu alcançar um desenvolvimento

regional socioeconomicamente equilibrado. Particularmente, desde a descoberta de numerosos depósitos de recursos minerais, o progresso dinâmico do desenvolvimento econômico amazônico produziu uma estratificação das prioridades de planejamento regional e os interesses econômicos se mostraram predominantes (Kohlhepp, 2025 p. 37, tradução nossa).

Uma crítica recorrente de Kohlhepp, neste capítulo, é que o desenvolvimentismo do governo militar não esteve disposto a ouvir os alertas de cientistas sobre os desastres ecológicos iminentes do modelo de progresso em implantação na Amazônia. A crítica é peculiar e, de certa forma, ainda relevante. Vejamos o que comenta o geógrafo Aziz Ab'Sáber no prefácio de uma obra:

A principal significância da obra que agora vem a lume está ligada ao fato de que a maior parte dos governadores que se dizem democratas jamais dialogam abertamente com intelectuais e cientistas. E, muito menos, estão preocupados com as aspirações e necessidades da população que se encontra na base inchada de uma pirâmide social, extremamente desigual e sofrida. Existem autoridades em nosso país que se pensam donas de todas as verdades, conhecedoras de todos os temas, e suficientemente poderosas para escolher as prioridades que melhor lhes apeteçam, ou que mais diretamente atendam aos interesses de seus amigos e correligionários (Ab'Sáber, 2000, p. 11).

No *front* dos conflitos socioambientais distributivos (Martinez Alier, 2011), Kohlhepp expõe a barbárie cometida contra os povos indígenas e suas terras pelo avanço das políticas de integração regional e de modernização da Amazônia, consubstanciadas em polos de crescimento e grandes projetos intensivos em capital. Os Parques Nacionais do Xingu e do Tumucumaque foram os primeiros a serem criados na Amazônia em 1969. Mas, de fato, somente em 1980 as terras indígenas passaram a ser demarcadas e homologadas, processo este que ainda enfrenta retrocessos pelos interesses expansionistas do capital neoliberal e suas camuflagens. “A exploração da região amazônica sempre foi caracterizada pela invasão de áreas indígenas e até mesmo de reservas oficialmente legalizadas” (Kohlhepp, 2025 p. 70, tradução nossa).

Kohlhepp finaliza o primeiro capítulo destacando avanços na política ambiental que se fortaleceu com o novo constitucionalismo brasileiro de 1988; com a criação de instituições ambientais e a mobilização de movimentos da sociedade civil; e principalmente com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992.

Capítulo 2 – Conceitos ambientais promissores para a Amazônia sob a pressão do crescimento econômico e das estratégias do agronegócio (década de 1990 a 2018)

Os anos de 1990 iniciaram-se com o aumento das taxas de desmatamento da Amazônia e o agravamento dos problemas sociais, sobretudo da violência no campo. Nunca é demais lembrar o assassinato, em 1988, do líder seringueiro Chico Mendes, que lutava pela floresta em pé e pelo direito de viver em um seringal sem patrão (Allegretti, 2002).

No capítulo 2, o autor traça a trajetória dos elos políticos e técnicos que culminaram com a elaboração da maior rede de cooperação internacional para o combate ao desmatamento da Amazônia: o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG7). Na prática, contudo, a dimensão do desafio do PPG7 revelou-se altamente complexa e de difícil implementação, como reconheceu Kohlhepp.

O que o autor denomina de conflitos de interesse no ordenamento territorial e na autonomia governamental relativa em face ao desenvolvimentismo regional amazônico acabou por colocar sobre o PPG7 responsabilidades maiores do que as de um programa de cooperação ambiental. O PPG7 passou a ser, na década de 1990, a política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia a ser testada como “piloto”.

O autor enfatiza o modelo da estrutura executiva do PPG7, os subprogramas e seus objetivos, destacando: 1) o Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN) e suas ações de descentralização e fortalecimento da gestão ambiental para os estados da Amazônia; 2) o Subprograma de Projetos Demonstrativos voltados para incentivar a participação das organizações da sociedade civil na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento sustentável em nível local; 3) o Subprograma de Ciência e Tecnologia Aplicada em apoio à pesquisa científica sobre os ecossistemas amazônicos e o uso sustentável de seus recursos; e 4) o Subprograma de Gestão de Recursos Naturais e Unidades de Conservação, com delineamento a partir das experiências das Reservas Extrativistas e territórios ecologicamente conectados.

Kohlhepp cita Bertha Becker ao apontar que “o PPG7 foi um programa extremamente complexo, e sua natureza experimental proporcionou um estímulo exemplar a um processo de aprendizagem em desenvolvimento sustentável nos níveis internacional, nacional, regional e local” (Becker, 2001 *apud* Kohlhepp, 2025, p. 207, tradução nossa). Destaca ainda a pouca integração horizontal da estrutura do governo brasileiro, o que tornou o PPG7 mais uma ação do Ministério do Meio Ambiente brasileiro e não uma política piloto de Estado para a Amazônia.

Quanto aos resultados positivos do PPG7, Kohlhepp aponta o que segue, reproduzidos aqui integralmente para reflexão diante da atual ausência de políticas públicas integradas para a Amazônia:

- 1) O PPG7 foi orientado a maximizar a cooperação entre instituições governamentais e a sociedade civil – completamente inexistente durante mais de 20 anos de ditadura militar – e a aumentar a conscientização ambiental pública;
- 2) Uma das principais contribuições do PPG7 foi o fortalecimento das instituições ambientais e a construção de interações de capital social entre órgãos públicos, sociedade civil e setor privado;
- 3) Descentralização da gestão ambiental em áreas prioritárias dos estados amazônicos para aumentar suas capacidades de elaborar e executar políticas ambientais;
- 4) Evolução de um conceito de gestão compartilhada, com parceria público-privada entre entidades governamentais e os diferentes grupos da sociedade civil (redes ativas de ONGs);
- 5) Negociações até então desconhecidas entre governo, sociedade civil e setor privado foram viabilizadas, visando à formação de acordos políticos em benefício do desenvolvimento sustentável (“Agendas Positivas”);
- 6) Implementação de “Projetos Demonstrativos” com o objetivo de gerar renda e fortalecer a base de subsistência da população pelo uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Isso possibilitou a criação de capacidade de gestão em comunidades locais, as quais haviam sido completamente esquecidas pelo governo por muito tempo;
- 7) Melhoria da segurança do modo de vida da população indígena, demarcação e proteção de seus territórios e disseminação do conhecimento tradicional desses grupos;
- 8) Desenvolvimento de metodologias inovadoras de monitoramento e controle do desmatamento.

É óbvio que o PPG7 teve seus percalços, e Kohlhepp revela isso como aprendizado:

- 1) A elaboração de um conjunto de projetos individualizados – de acordo com as demandas setoriais das instituições governamentais – dificultou a elaboração e a implementação de uma estratégia consistente do PPG7;
- 2) A articulação entre os componentes do PPG7 e outros programas governamentais era frágil, inclusive com outros programas do MMA;

- 3) Alguns ministérios importantes não foram diretamente envolvidos (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional etc.), sem que isso fosse convincentemente justificado;
- 4) Problemas urbanos foram excluídos do PPG7, embora a Amazônia fosse considerada uma região de floresta urbanizada, com referência à Bertha Becker e sua defesa de que na Amazônia “é preciso produzir, para conservar”;
- 5) A maioria dos problemas de pequenos agricultores, arrendatários e posseiros não foi considerada (questões fundiárias, assistência técnica na agricultura e infraestrutura para produção em pequena escala);
- 6) A redução das taxas de desmatamento não foi alcançada.

Quando o PPG7 estava em negociação, o governo brasileiro aderiu à cartilha do desenvolvimentismo regional baseado na modernização estrutural da região, como o Programa Avança Brasil (2000-2002): “... as metas do governo para os próximos anos concentravam-se na intensa melhoria da infraestrutura, no crescimento econômico regional e na integração ao mercado global, com grande destaque para a região amazônica”, cita Kohlhepp (2025, p. 213, tradução nossa).

O autor recorre ao cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, para denunciar a fragilidade ou mesmo a ausência de licenciamento ambiental das obras do Programa Avança Brasil:

Os impactos ambientais do Programa Avança Brasil foram estudados com muito cuidado por diversos grupos de cientistas. Um dos principais problemas foi que poderosos grupos de interesse, com envolvimento financeiro direto e favoráveis à realização de um projeto, foram mobilizados antes da avaliação dos impactos ambientais. Apenas pouco antes do início das obras de construção dos projetos, os estudos ambientais e a avaliação dos possíveis impactos foram realizados. Até mesmo o financiamento internacional foi captado antes que as consequências ambientais dos projetos fossem estudadas (Fearnside, 2001b *apud* Kohlhepp, 2025, p. 218, tradução nossa).

O PPG7 iniciou a implementação das ações em 1993 e encerrou suas atividades em 2009. O Programa transitou entre os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Kohlhepp mostra como as políticas dos governos incentivaram a consolidação do arco do desmatamento da Amazônia pela agropecuária extensiva, sobretudo, a expansão da produção de soja, favorecida pelo aumento da demanda global de grãos. Aponta ainda como as políticas públicas foram alicerçando essa produção e expandindo o sistema de logística de transporte de grãos rumo ao norte da Amazônia via Corredor Norte/BR-163, de Mato Grosso

ao Pará. Profundas transformações no uso da terra aconteceram – e ainda estão acontecendo – nesta parte da Amazônia brasileira, alerta Kohlhepp.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008 no Governo Lula, buscou incorporar as lições aprendidas do PPG7 no combate ao desmatamento da Amazônia. Com o PAS iniciou-se uma fase de transição do PPG7 para uma nova política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, contando agora com aporte de um novo programa direcionado para apoiar a criação e gestão de unidades de conservação, instrumento dos mais importantes para conter o avanço do desmatamento, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Mas, os problemas de governança na administração federal continuaram. A então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, saiu do governo e o PAS passou a ser campo de disputa política, conforme contextualiza Kohlhepp:

Acredita-se que a renúncia de Marina Silva tenha sido motivada pela decisão do presidente de retirar o tão elogiado PAS dos auspícios do Ministério do Meio Ambiente e entregá-lo ao Ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, professor de Direito em Harvard, com experiência limitada em assuntos da Amazônia e um ‘desenvolvimentista’ declarado, certamente não um representante de questões sensíveis como a proteção do meio ambiente e dos recursos [naturais]. Marina Silva havia sido fundamental para a elaboração do Plano Amazônia Sustentável e acreditava que supervisionaria sua implementação (Kohlhepp, 2025 p. 261, tradução nossa).

A esperança realista do autor com o Governo Lula se revela com alguma frustração pela saída da Ministra Marina Silva e pelo recrudescimento do discurso do crescimento econômico baseado nas exportações de *commodities*. “Enormes tensões entre a promoção do desenvolvimento regional voltado para a modernização, por um lado, e o fortalecimento da proteção e da sustentabilidade, por outro, tornaram o equilíbrio entre as duas opções extremamente difícil” (Kohlhepp, 2025, p. 261, tradução nossa).

As tensões sinalizadas por Kohlhepp transformaram-se em conflitos socioambientais de longo ciclo, principalmente pelas grandes obras de infraestrutura governamentais, inseridas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Lula. A BR-163 e a hidrelétrica de Belo Monte são exemplos de obras de impactos sociais e ambientais significativos – alguns se desdobraram em conflitos permanentes. O avanço do desmatamento ao longo da BR-163 e nas terras indígenas localizadas na área de influência direta da hidrelétrica de Belo Monte são exemplos de impactos não mitigados e negligenciados.

O Brasil possui excelentes centros de pesquisa e organizações não governamentais na Amazônia. Essas instituições têm trabalhado para a proteção da floresta e para a conservação da biodiversidade. Programas de cooperação em pesquisas germano-

brasileiras têm contribuído para ampliar o conhecimento sobre a conservação da Floresta Amazônica e o seu papel no funcionamento da biosfera. Entretanto, os verdadeiros guardiões da Floresta Amazônica são os povos indígenas e as populações tradicionais. Estes têm se organizado e construído parcerias para a proteção de seus territórios e meio de vida.

Capítulo 3 – Políticas de devastação e degradação ambiental na Amazônia Legal durante o Governo Bolsonaro (2019–2022)

O terceiro capítulo descreve o retrocesso da política ambiental brasileira no governo Bolsonaro e como a Amazônia passou a ser devastada pelo descaso governamental. No início do governo aventou-se acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Aliados do agronegócio convenceram Bolsonaro a não extinguir o ministério com o argumento de possíveis restrições às exportações. Mantido o ministério, mas com intensa militarização de sua estrutura, a ordem era desmontar a política ambiental, nomeando um ministro do meio ambiente que ficou conhecido pela frase “passando a boiada”, em referência ao neoliberalismo extremista e ao crescimento a qualquer custo da política do governo Bolsonaro.

O autor passa a descrever as barbáries cometidas contra o meio ambiente pelo governo Bolsonaro, desde a perseguição a servidores dos órgãos ambientais federais no cumprimento de suas atividades profissionais até o negacionismo climático declarado. Declarações de que o aquecimento global seria uma invenção ideológica marxista partiram de membros do primeiro escalão do governo. O multilateralismo, os projetos de integração regional e, sobretudo, a proteção ambiental foram colocados em segundo plano.

O presidente se manifestou decisivamente a favor da ‘valorização’ dos recursos naturais da Amazônia, contra a proteção das florestas tropicais e a favor da redução da extensão territorial dos territórios indígenas. Os incêndios na Amazônia pareciam promover o ‘modelo de desenvolvimento econômico’ de Bolsonaro para a região da floresta tropical (Kohlhepp, 2025, p. 338, tradução nossa).

O desmatamento acelerou na Amazônia, resultando em um aumento exponencial das emissões decorrentes do uso da terra e de queimadas na região. Concretizaram-se a especulação fundiária e a grilagem de terras, inclusive em terras indígenas. A transcrição dos fatos a seguir representa uma triste realidade exposta de forma didática pelo autor.

As redes criminosas mafiosas, muito bem localizadas, que dominam a extração ilegal de madeira e o comércio de madeira, conseguiram assegurar sua influência, com violência, com suas próprias milícias, praticamente sem perturbações. Os pecuaristas realizaram desmatamento ilegal em um grau altíssimo. A violência e as ameaças de morte impediram denúncias da sociedade civil ou representaram um risco altíssimo. Até mesmo funcionários públicos foram frequentemente ameaçados abertamente (Kohlhepp, 2025, p. 346, tradução nossa).

Após descrever fielmente as atrocidades contra a natureza e os povos indígenas durante o governo Bolsonaro, Kohlhepp coloca a questão climática em debate, considerando o que a Floresta Amazônica representa para o equilíbrio climático do planeta. Para tal, o autor dialoga com autores de referência no tema, como Carlos Nobre e Thomas Lovejoy, cientistas que estudaram o fenômeno denominado “ponto de não retorno” pelo desmatamento e queimadas da floresta. Nesse cenário, estabelece-se um processo de savanização regional e consequentes mudanças ecológicas de alto impacto, principalmente do ciclo hidrológico.

A redução do desmatamento mitiga as emissões de gases de efeito estufa e o Brasil tem assumido o compromisso de acabar com o desmatamento ilegal e reflorestar as áreas antropizadas da Amazônia. Esses compromissos, que representariam um muro de proteção contra o ponto de não retorno da Amazônia, não têm sido cumpridos e se tornaram um desafio ainda maior após o retrocesso da política ambiental no governo Bolsonaro.

O Fundo Amazônia, criado em 2008 com o objetivo de apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, passou a ser questionado pelo governo Bolsonaro, causando constrangimento aos países doadores. O Fundo Amazônia, até então considerado uma iniciativa de financiamento bem-sucedida para a conservação das florestas tropicais, deixou de apoiar projetos, com acusações do governo Bolsonaro de que os doadores estariam “comprando a Amazônia”.

Kohlhepp finaliza este capítulo com uma abordagem sobre a situação da Amazônia Legal durante o Governo Bolsonaro. O cenário no Brasil era caótico: desmonte institucional do governo, aumento da violência no campo e de crimes ambientais nos territórios indígenas e unidades de conservação, perda de credibilidade internacional pelo negacionismo climático, uso indiscriminado de notícias falsas e divisão da sociedade, além da instabilidade democrática. Essas são algumas das consequências negativas do governo Bolsonaro. A Amazônia tornou-se um espaço livre para todos os tipos de exploração econômica.

As lições aprendidas com o PPG7 e outros projetos não têm sido consideradas pelos governos, seja por negligência, seja por razões ideológicas. No entanto, o Brasil continuará a depender da cooperação internacional no futuro e certamente não quer comprometer sua imagem como ator global. Nesse contexto, a Amazônia

continuará sendo apoiada em ações contra o desmatamento e pelo desenvolvimento sustentável. Kohlhepp conclui este capítulo com certa desconfiança sobre *o que virá* (grifo nosso).

Epílogo – Esperanças após a mudança de governo em 2023: Lula da Silva como agente de transformação?

Esta parte da obra é um epílogo instigante sobre *o que virá* (grifo nosso). O autor mantém uma dúvida quanto ao que se espera com o retorno de Lula ao governo do Brasil. Comenta sobre a sociedade brasileira dividida e o ambiente político conservador, desfavorável na Câmara de Deputados e no Senado Federal. Este ponto se confirma como principal obstáculo à reconstrução da política ambiental, mantendo vivas pautas do governo Bolsonaro, como o desmonte do licenciamento ambiental e a exploração de petróleo na Amazônia – pauta sobre a qual o presidente Lula tem se posicionado favoravelmente. Neste último ponto, que de certa forma concentra o debate ambiental atual no Brasil, Kohlhepp se mantém cauteloso, apenas citando que a posição do presidente Lula poderá gerar desgaste político e dificuldade em atrair apoio financeiro para proteção da Floresta Amazônica.

O retorno de Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente de certa forma resgatou o protagonismo ambiental do Brasil. Mas, a missão de recuperar a agenda ambiental e, principalmente, climática impõe ao governo ações efetivas e integradas – questão apontada por Kohlhepp como uma das dificuldades durante a implementação do PPG7. A principal meta do Ministério do Meio Ambiente é o desmatamento ilegal zero na Amazônia até 2030: “A realidade é muito pior do que esperávamos, porque tivemos um apagão”, disse Marina Silva em citação feita pelo autor.

A obra de Kohlhepp foi concluída em 2003, portanto abrangeu somente o primeiro ano do governo Lula. As medidas tomadas pelo governo são analisadas com otimismo pelo autor, o que o credibiliza para o retorno à liderança ambiental global e reabre as portas para a continuidade e o fortalecimento da cooperação internacional, como no caso do *Fundo Amazônia* e possivelmente do *Fundo Florestas Tropicais para Sempre* (TFFF, sigla em inglês).

Uma citação de Kohlhepp é determinante para entender a importância da geopolítica do desmatamento da Amazônia:

Na opinião de muitos observadores brasileiros e internacionais, ‘o destino da floresta tropical não é decidido na Amazônia, mas nos mercados externos que compram sua carne bovina, madeira, soja e minério de ferro. Nesse sentido, a União Europeia, que é a maior consumidora mundial de produtos florestais, é, indiretamente, a maior

desmatadora do mundo' (Watts, 2022 *apud* Kohlhepp, 2025, p. 380, tradução nossa).

O otimismo em relação ao Governo Lula se relativiza ao resgatar a citação de Watts (2022):

Contudo, é preciso afirmar que a política ambiental de Lula da Silva em seu primeiro mandato foi mista e o crescimento econômico a todo custo tinha prioridade absoluta. O sucesso ambiental na época se deveu em grande parte à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cuja renúncia em 2008 foi justificada pela cessão do presidente aos lobbies econômicos. Do ponto de vista de seus críticos, Lula da Silva usou sua presidência anterior para promover um programa de desenvolvimento nacional do século XX com estradas, barragens, aumento do consumo, maior crédito e subsídios estatais massivos para as indústrias de petróleo, carne bovina, soja, mineração e construção (Kohlhepp, 2025 p. 382, tradução nossa).

Espera-se que desta vez seja diferente. Mas, o cenário é desafiador e enigmático, especialmente considerando as tensões políticas e sociais no país.

Para a grande maioria da população brasileira, a proteção climática e o desmatamento na Amazônia são apenas fenômenos marginais, tendo como pano de fundo as disparidades sociais e a necessidade de criar empregos para salvar parcelas da população da extrema pobreza (Kohlhepp, 2025 p. 382, tradução nossa).

Uma questão relevante que o autor destaca como prioridade é manter a Amazônia na pauta do clima global, principalmente, defendendo políticas que favoreçam a conexão entre territórios protegidos. Essa estratégia é fundamental para aproximar as demandas das populações locais e os estados e países conectados regionalmente que ainda apresentam florestas preservadas. Nesse caso, a criação de Reservas da Biosfera, como a sugerida para o Norte da Amazônia-Platô das Guianas, com a chancela da UNESCO, encontra perfeita sincronia com a proposta do *Fundo Florestas Tropicais para Sempre* (Chagas, 2025).

O livro de Kohlhepp apresenta um texto com observações finais. Entretanto, julgo pertinente finalizar esta “limitada resenha”, pelas dificuldades de síntese diante de uma obra tão abrangente sobre a Amazônia profunda, resgatando texto encontrado em publicação organizada em 1989 por Edna Castro e Jean Hébette, denominada *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflitos na Amazônia*. Folheando-o, descobri Kohlhepp em citações de Elmar Altvater: “Via de regra, entende-se por valorização da Amazônia nada mais do que desenvolvimento regional [...] Valorização é

consequentemente mais do que mero reconhecimento, exploração, extração e comercialização de produtos” (Kohlhepp, 1978 *apud* Altvater, p. 101, 109).

Pois bem, se Kohlhepp não desvenda o enigma do desenvolvimento sustentável da Amazônia, a obra lançada nos faz pensar criticamente sobre o que *não* é desenvolvimento regional na Amazônia. Para planejadores públicos ainda motivados, acadêmicos não evolucionistas e outras comunidades que estão estacionados na trincheira contra a destruição capitalista da Amazônia, a obra de Kohlhepp é uma enciclopédia de lições aprendidas e estímulo a mais resistência.

Referências

AB’SÁBER, Aziz. “O Amapá em debate: novos rumos – prefácio”. In: MOULIN, Nilson (Org.). **Amapá: um norte para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALTVATER, Elmar. “Consequências regionais da crise do endividamento global no exemplo do Pará”. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (Org.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflitos na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

CHAGAS, Marco Antonio. O Amapá poderá se beneficiar do Fundo Florestas Tropicais para Sempre. **Conectamapá** [online]. Macapá, 2025. Disponível em: <https://conectamapa.com/artigo-o-amapa-podera-se-beneficiar-do-fundo-florestas-tropicais-para-sempre/>. Acesso em: 16 out. 2025.

KOHLHEPP, Gerd. Desafios à ciência e às políticas de desenvolvimento regional: reflexões e recomendações sobre o futuro desenvolvimento da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 183–199, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300011>.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37–61, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.

Marco Antonio Chagas

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável / Universidade Federal do Amapá

Rodovia Josmar Chaves Pinto, km 02 – Jardim Marco Zero

68903-419 Macapá/AP, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4792-915412>

E-mail: marco.chagas@unifap.br